Introdução

Eronides da Silva Lima

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LIMA, E.S. Introdução. In: *Mal de Fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar*. Brasil, 1934-1946 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, pp. 19-26. ISBN: 978-85-7541-611-2. Available from: doi: [10.7476/9788575416112.0003](https://doi.org/10.7476/9788575416112.0003). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/xxmyz/epub/lima-9788575416112.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

I NTRODUÇÃO

O sistema não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos à fome de abraços.

Eduardo Galeano
(O LIVRO DOS ABRAÇOS)

Como o erro sobre a elucidação da causa continua, como acontece em erro de terapêutica, a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria ação, escreveu Marc Bloch. Tal afirmação não encontra tanta expressão de verdade em outras áreas como na nutrição, particularmente quando o tema é a 'educação nutricional' contemporânea.² Quem tem-se dedicado a tão fascinante atividade vive a tensão permanente de perscrutar o próprio sentido e a identidade, pois aquilo que é visto em sua face imediata gera perplexidade. A persistência da fome e da desnutrição no Brasil é uma prova disso.

A despeito da discussão ao longo do tempo, a educação nutricional, em sua versão justificadora, tem-se fundamentado na ignorância como fator determinante da fome e da desnutrição na população de baixa renda, a qual tem-se constituído em destinatária prioritária das ações educativas. Nesse aspecto, essa disciplina vem despertando a atenção pela percepção que se teve dos seus usos como instrumento de transmissão dos princípios científicos da alimentação adequada para a correção de hábitos errôneos nessas populações, ao tempo em que prescreve não só formas de conduta, mas

² A esse respeito registre-se que a terminologia 'educação nutricional', usada apenas no início da Introdução do livro, refere-se à designação atual desse campo disciplinar. A terminologia 'educação alimentar', empregada no restante do texto (incluindo o título), refere-se à designação adotada na época em que foi constituída, exprimindo, assim, o marco conceitual elaborado pelos fundadores, preservando a ortografia das obras analisadas, bem como das referências bibliográficas subjacentes.

também fórmulas alimentares anunciadoras da superação da fome e da desnutrição. É nesse âmbito que se tem revelado nela uma zona nebulosa relacionada com o seu próprio sentido epistemológico e sua identidade como modalidade de conhecer e de educar.

A revisão bibliográfica indicou uma escassez acentuada de trabalhos especificamente voltados para a educação nutricional. No entanto, esse tema perpassa freqüentemente os estudos que na área da nutrição social se voltam para a análise dos problemas nutricionais do País, sendo possível recuperar, no interior da literatura mais recente, preocupada com o resgate da dimensão social da nutrição, alguns aspectos referentes aos modelos explicativos nos quais a educação nutricional tem-se fundamentado. A esse respeito, encontra-se em Goldenberger (1989) e Viacava (1983) uma primeira indicação de que foi após a Segunda Guerra Mundial que os problemas sociais se agravaram e, com eles, a fome e a desnutrição infantil nos países em desenvolvimento, tomando novos rumos as formas de intervenção na saúde e nutrição do povo. Nesse contexto, o Brasil recebeu influência direta dos organismos internacionais e dos Estados Unidos, não só nas relações estratégicas, mas também no plano de formulação das políticas e programas de alimentação e nutrição de combate à fome e à desnutrição, assimilando modelos teóricos, bem como técnicas e instrumentos a eles subjacentes que, de alguma forma, vêm contribuindo para o deslocamento das condições históricas políticas e socioculturais desse quadro nutricional para o campo técnico.

Para esses autores, foi o Interdepartmental Committee on Nutrition for National Defense (ICNND) quem introduziu no País o primeiro modelo de investigação, por meio do qual realizou uma série de levantamentos que foram explicitados em relatórios, ressaltando os aspectos da produção de alimentos, a disponibilidade *per capita*, os níveis de consumo obtidos e as características das deficiências nutricionais em termos bioquímicos e clínicos. Embora os relatórios deixassem explícito, no caso brasileiro, que a defasagem nas medidas antropométricas populacionais em relação aos padrões norte-americanos estivesse relacionada com a ingestão deficiente de calorias e proteínas, não se diagnosticava a desnutrição protéico-calórica, a não ser nas carências específicas.

Abramovay (1986) assinala que a explicação residia não no fato de as pessoas comerem pouco, mas de comerem mal, consumindo alimentos de baixo valor biológico e de baixo valor protéico. Tal abordagem teve tanto impacto que levou as Nações Unidas a criar, durante os anos 50, um Comitê Especial (o Protein Advisory Group) para estudar como seria possível estimular

o consumo de proteínas nos países pobres. Nessa análise, atribuía-se a responsabilidade da fome, em última instância, ao próprio faminto, justificando que pobre não sabe comer. Foi no interior desse modelo explicativo que surgiu o mito da ignorância e, com ele, a educação nutricional. A subnutrição era fruto dos hábitos alimentares inadequados da população de baixa renda. Se o pobre era faminto, isso ocorria por ignorância, por sua incapacidade de distribuir racionalmente os gastos, de forma a compor uma cesta alimentar bem equilibrada. Assim, segundo Coutinho (1988) e Vasconcelos (1988), o ICNND fornecia as bases para a formulação do Programa de Alimentos para a Paz, que foi materializado na Lei do Alimento para a Paz, aprovada em 1954 pelo Congresso americano, com os seguintes propósitos: aumentar, nos países estrangeiros, o consumo de produtos alimentares agrícolas oriundos dos Estados Unidos e melhorar suas relações externas. No Brasil criava-se a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e a Política Nacional de Alimentação Escolar, articulada aos programas internacionais de 'ajuda alimentar'.

Nesse enfoque, a década de 70 veio reavaliar o modelo explicativo anterior, em meio à Conferência Mundial de Alimentação, realizada em 1974, na qual era criticada a utilização da teoria do capital humano, que reconhecia a saúde e a educação como componentes estratégicos do desenvolvimento, portanto, fundamento para os investimentos tanto nesse setor como no econômico (Goldenberger, 1989). Foi nesse contexto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou, em 1974-1975, segundo Viacava (1983), uma radiografia da situação alimentar brasileira, colocando o item 'consumo' como um dos mais relevantes entre os indicadores sociais. O estudo contou com a assessoria da Food and Agriculture Organization (FAO) e era, segundo o mencionado autor, a mais completa fonte de dados sobre a situação alimentar existente no País. Tornava-se público, conforme Abramovay (1986), que o Brasil era, em 1974, o sexto país do mundo em população gravemente desnutrida, cuja cifra de 13% tinha ingestão abaixo de 1.600 calorias diárias e, quanto a isso, só perdia para a Índia, Indonésia, Bangladesh, Paquistão e Filipinas. O Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), realizado pelo IBGE, nos anos de 1974 e 1975, superava a questão em torno da qual a fome era caracterizada por um déficit protéico, corroborada pela idéia de que o brasileiro não sabia comer. Esse estudo mostrava que o déficit era mais de ordem calórica do que protéica, e que os alimentos básicos estavam presentes na alimentação tanto do pobre como do rico. Não existia no Brasil os que sabiam e os que não sabiam comer, mas os que podiam ou não comer. Disso se concluía que os hábitos alimentares, ou tabus, exerciam papel desprezível no

comportamento alimentar da população brasileira. Tal polarização foi exacerbada na década de 70 a partir de outras pesquisas de âmbito mais restrito, fundamentadas nas metodologias propostas pelas instituições internacionais (DIEESE, 1976; Alves & Vaisman 1976; Filho, 1976; Monteiro, 1977; Alves, 1978). Esses trabalhos traziam à tona a prevalência da desnutrição em São Paulo – centro mais desenvolvido do País –, apontando para as limitações do acesso aos alimentos, por parte de amplos setores da população, levando à evidência de que o milagre econômico brasileiro da época se fazia às custas da produção da pobreza.

É importante destacar que a década de 70 se fechava com o conhecido texto de Baldijão (1979:49-53), no qual assinalava que a grande maioria dos trabalhos em nutrição tinha uma visão funcionalista da sociedade. Nos países centrais o baixo consumo de alimentos era explicado por um comportamento errôneo que não seguia as normas da sociedade e a partir daí desenvolviam a teoria da ‘cultura da pobreza’, que foi estendida aos países periféricos. Para o autor, a análise dos países periféricos era feita em termos do ‘moderno’ e do ‘atrasado’, sendo o ‘moderno’ o processo de industrialização-urbanização tomado como norma. Partindo da oposição entre o campo e a cidade, a teoria da modernização transplantava essa dualidade estrutural para a defasagem cultural existente no próprio mundo urbano. Assim, procurava-se explicar que a fome das chamadas populações marginais era um aspecto disfuncional do sistema tomado como entidade abstrata, como se a sociedade tivesse mecanismos auto-reguladores, capazes de eliminar espontaneamente seus aspectos doentios.

Ao contrário, o conceito de fome devia ser visto basicamente como uma contradição que precisava ser analisada na dinâmica do processo de acumulação de capital. Era necessário abandonar o conceito dualista de sociedade e os cortes de tipo ‘cultural’ dentro da visão de atrasado e moderno, de desajuste, de privação cultural e analisar a dinâmica concreta de criação do excedente econômico. Assim, a questão central era entender como se dava historicamente o desenvolvimento da sociedade, como ela se desestruturava e se reestruturava em virtude das necessidades do modo capitalista de produção. Isso implicava a eleição de novas categorias de análise: expropriação, força de trabalho, reprodução da força de trabalho etc. A normatividade vital não podia ser pensada em termos individuais, mas de classe.

Dessas leituras, pôde-se observar que há uma primeira tendência que situa a emergência da ciência da nutrição no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, com a adoção do modelo de investigação americano mediante os

levantamentos aqui realizados, os quais reduziam a explicação da desnutrição ao nível das deficiências específicas de ordem qualitativa, para as quais a ignorância era a categoria central na análise da relação causal entre desnutrição e pobreza. Disso resulta o entendimento de que, com a incorporação desse modelo aqui no País e sua expansão na década de 60, afirmava-se a educação nutricional como um meio de correção dos hábitos alimentares errôneos, vinculada à formulação e implementação da política nacional de suplementação alimentar.

No entanto, é visível, nas leituras apresentadas, a inexistência de referências à produção local sobre a ciência da nutrição emergente no Brasil e, no seu interior, a educação nutricional nas décadas de 50 e 60. A ênfase sobre o modo como se incorporou o modelo externo por aqui acaba prescindindo dos nexos históricos que se pretendem realizar, na medida em que, ao desconsiderar nas análises uma possível produção intelectual interna nesse período, contribui para reduzir o ângulo de visão sobre as relações externas/internas nesse processo, reforçando uma visão dualista da dependência brasileira, pela qual as idéias importadas estariam fora do lugar. Desse modo, pode-se levantar a hipótese de que as idéias estavam no lugar, ilustrando que, internamente, Mello (1968), por exemplo, ao examinar o panorama da fome mundial e nacional no fim da década de 60, alertava que a valorização humana se fazia à base da educação, da saúde e da economia. Para ele, três condições eram necessárias para alimentar um povo:

- estimular a produção de alimentos pela técnica de seleção das sementes, das práticas de cultivo etc.;
- elevar a capacidade econômica do indivíduo, sem o que ele não pode adquirir os alimentos necessários; e
- saber escolher o que comer, pois não bastava alguém poder comprar alimentos. A experiência tinha demonstrado que muitas vezes mesmo as pessoas com maior poder aquisitivo não sabiam adquirir os alimentos para as suas refeições. Era imprescindível a educação alimentar de muitos.

Nesse enfoque, o autor assinalava a dificuldade de mudar os hábitos alimentares no Brasil, porém, por meio da criação de cursos de nutricionistas e nutrólogos, a educação alimentar, que era afinal a higiene da alimentação, teria o sucesso desejado. Tudo o que se ensinasse e se aprendesse nesse setor tinha em vista múltiplas aplicações: escolher, preparar, conservar, reaproveitar os alimentos mais baratos, segundo as regiões e as estações; compor as refeições mais indicadas às condições de cada indivíduo, ou do grupo; realizar a manipulação culinária adequada, o que significava a preparação dos

alimentos visando ao melhor sabor, aparência, conservação, digestibilidade, aproveitando-lhe o máximo de qualidades nutritivas.

De fato, a presença das fontes externas parece ter-se acentuado a partir da década de 70, quando se constatava internamente que o principal fator determinante da desnutrição era a renda e não a ignorância (Jellife, 1970; Wight, 1970; Behar & Icaza, 1975; Beach, 1978; Angove, 1979; Burton, 1979; Wachter, 1981; Krause & Mahan, 1985). Nas definições compartilhadas entre esses autores, a educação nutricional se assentava em três princípios fundamentais: a formação de bons hábitos alimentares, o aproveitamento adequado dos recursos alimentares locais e a mudança da conduta, sob a premissa de que a ignorância tanto coexistia com a pobreza, como podia ser tratada separadamente. Como processo, a educação nutricional pressupunha o ato da transmissão e promoção do valor da alimentação e da nutrição, que ia de quem tinha a tarefa de educar até aqueles que eram objeto da ação educativa. Como conduta, estava em questão a soma de conhecimentos, hábitos e atitudes que tinham as pessoas em matéria de alimentação e nutrição.

Nessa mesma perspectiva, Mota (1984) traduzia internamente o objetivo do nutricionista: mudar o comportamento alimentar dos indivíduos quando inadequado à saúde, ou promover a saúde dos indivíduos pela assimilação de práticas alimentares mais apropriadas, sendo suas responsabilidades educativas em qualquer área de atuação.

Entretanto, vale assinalar que, coincidentemente, uma segunda tendência da educação nutricional foi adotada por Valente (1984) como fruto de uma revisão dos textos mais utilizados nesse campo. No estudo, o autor sugeria a substituição da categoria ignorância e da categoria renda, que caracterizavam, respectivamente, os cortes do tipo cultural e os cortes próprios das teorias de marginalidade, pelo uso da noção de classe social na explicação dos problemas nutricionais, propondo a educação nutricional crítica. Para ele, sendo a educação nutricional um dos componentes do campo da nutrição aplicada, nunca havia sido documentada uma efetiva alteração de hábitos e melhora do estado nutricional em decorrência dos programas de educação nutricional.

Em síntese, essa abordagem apontava quatro categorias analíticas que considerava essenciais na determinação dos hábitos alimentares: a disponibilidade de certos produtos alimentares em condições específicas de clima, solo, chuva etc.; as influências culturais do processo de colonização; a classe social como modo de vida, delimitando práticas e hábitos; e, finalmente,

a contínua produção de novos hábitos e práticas, pela introdução de novos alimentos industrializados ou de alimentos não tradicionalmente utilizados para consumo humano.

Aproximando-se de Saviani, que divide a educação em duas vertentes – as teorias não-críticas e as teorias críticas –, Valente (1984) propôs a educação nutricional crítica, cujo objetivo central devia ser o fortalecimento das forças sociais capazes de combater as causas básicas da fome. Quanto a isso, a prática educativa não seria neutra, e sim, um modo de intervenção nesse processo. Como se pode notar, o mérito de tal proposição está principalmente no fato de ter redirecionado o debate sobre a educação nutricional, em meados da década de 80, para uma perspectiva mais ampla de concepção desse campo, sendo mesmo incorporada em alguns cursos de nutrição, como atestou Lins (1990).

No entanto, os estudos inicialmente mencionados, que buscam recuperar, na década de 80, a dimensão histórico-social da desnutrição, retirando o enfoque do âmbito predominantemente biológico e técnico, e remetendo-o ao modo de organização social capitalista aqui implantado, ao caracterizar a emergência da ciência da nutrição entre a população local, após a Segunda Guerra Mundial, como um processo de imposição de fora para dentro, prescindem da incorporação da produção interna nesse campo científico, comprometendo, assim, os devidos nexos históricos que pretendem estabelecer.

Como se tudo tivesse começado após a Segunda Guerra, os estudos, quando chegam a fazer referências a Josué de Castro, à criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940) e ao Estado Novo (1937), apontando os primórdios da fundação da ciência da nutrição e das políticas de alimentação, a exemplo de Viacava (1983), Vasconcelos (1988) e Coutinho (1988) prescindem do estudo do processo pelo qual se constituiu no Brasil a ciência da nutrição, bem como as políticas de alimentação no plano cognitivo, no qual se produziam as idéias.

A despeito do reconhecimento da importância da proposição de Valente (1984), nota-se que a educação nutricional ainda era muito mais tratada no plano de atuação como elemento de intervenção e prática profissional, sem a contrapartida da reconstituição empírica e conceitual do processo que a constituiu. Isso também é visível nos estudos posteriores, como os de Lins (1990), Nunes (1992), Baião (1993) e Bosi (1995), por exemplo, que acrescentam elementos importantes à discussão sobre a identidade do

nutricionista e da educação nutricional, mas não incluem os estudos pioneiros pelos quais a ciência da nutrição se constituiu, dimensionando, assim, a genealogia da identidade.

Aproximando-se de Saviani, que divide a educação em duas vertentes – as técnicas não-críticas e as técnicas críticas – Valente (1984) propõe a educação nutricional crítica, cujo objetivo central devia ser o fortalecimento das forças sociais capazes de combater as causas básicas da fome. Quanto a isso, a prática educadora não seria neutra, e sim, um modo de intervenção nesse processo. Como se pode notar, o método de tal proposição está profundamente no fato de ter redimensionado o debate sobre a educação nutricional em meados da década de 80, para uma perspectiva mais ampla de concepção desse campo, sendo mesmo incorporada em alguns cursos de nutrição, como atestou Lins (1990).

No entanto, os estudos inicialmente mencionados, que buscavam recuperar na década de 80, a dimensão histórico-social da desnutrição, retirando o enfoque do âmbito predominantemente biológico e técnico, e remetendo-o ao modo de organização social capitalista aqui implantado, ao caracterizar a emergência da ciência da nutrição entre a população local, após a Segunda Guerra Mundial, como um processo de imposição de fora para dentro, prescindem da incorporação da produção interna nesse campo científico, comprometendo, assim, os devidos nexos históricos que pretendem estabelecer.

Como se pode perceber, a Segunda Guerra, os estudos quando chegam a fazer referência a Josué de Castro, à criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940) e ao Estado Novo (1937), apontando os primórdios da fundação da ciência da nutrição e das políticas de alimentação, a exemplo de Viçacava (1983), Vasconcelos (1988) e Coutinho (1988) prescindem do estudo do processo pelo qual se constituiu no Brasil a ciência da nutrição, bem como as políticas de alimentação no plano cognitivo, no qual se produzem as ideias.

A despeito do reconhecimento da importância da proposição de Valente (1984), nota-se que a educação nutricional ainda era muito mais tratada no plano de atuação como elemento de intervenção e prática profissional, sem a contrapartida da reconstituição empírica e conceitual do processo que a constitui. Isso também é visível nos estudos posteriores, como os de Lins (1990), Nunes (1992), Balsa (1993) e Bosi (1995), por exemplo, que acrescentam elementos importantes à discussão sobre a identidade do